

**ANEXO
AS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**NOTA 0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SNC-AP) – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA**

As Demonstrações Financeiras apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações Financeiras de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar neste ano de transição, as quais passamos a apresentar:

a) Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados

A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

66 Conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados – Faz relevar as operações específicas da Administração Pública nomeadamente as quantias que o Município recebe por transferências de organismos no âmbito dos projetos cofinanciados, assim como de empréstimos bonificados celebrados especialmente com o Banco Europeu de Investimento (BEI).

61 Conta 28 – Diferimentos - refletidos os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POCAL), nomeadamente relacionados com a execução dos projetos cofinanciados cujo contrato de subsídio não se encontra ainda atribuído ao bem correlacionado. Os contratos de subsídio cujas condições já se encontram cumpridas, e que já se encontram associados ao respetivo bem, foram reclassificados para a conta 593 – Transferências e subsídios de capital, por força da aplicação da norma NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação.

¶ Foram ainda desreconhecidos ativos fixos tangíveis no valor de 56.457,77 €, pelo facto dos mesmos não cumprirem os requisitos de ativos fixos tangíveis à luz do novo normativo.

¶ Foram reclassificados para ativos intangíveis, bens incluídos em ativos fixos tangíveis, no valor de 36.210,94 €.

¶ Foram ainda corrigidos ativos fixos tangíveis no valor de 167.809,11 €.

b) Reconciliação entre o património líquido relatado em POCAL em 31/12/2019 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 01/01/2020

As variações decorrentes da transição refletidas no património líquido são as seguintes:

Património Líquido 31/12/2019 - POCAL	33 426 012,30	# 42	# 43 AFT
Desreconhecimento	(56 457,77)		(56 457,77)
Erros	167 809,11		167 809,11
Reclassificações	-	36 210,94	(36 210,94)
Património Líquido 01/01/2020 - SNC AP	33 537 363,64	36 210,94	75 140,40
		111 351,34	

c) Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL em 31/12/2019 com o resultado líquido apresentado em 01/01/2020

Não houve qualquer alteração no resultado líquido segundo o relatado em POCAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020.

d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura

Não aplicável.

e) Distinção dos ajustamentos que são correções de erros cometidos em períodos anteriores e alterações de políticas contabilísticas

Não aplicável.

Apresenta-se de seguida o mapa que apresenta a reconciliação entre 31/12/2019 e 01/01/2020.

Reconciliação para Balanço de abertura do SNC-AP (2020 até 01/01/2020)

Rubricas do Balanço	Valores conforme POCAL 31/12/2019	Desreconhecimento	Erros	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
(1)	(2)	(4)	(8)	(9)	(10) = (2) + (-8) - (9)
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	34 259 741,10	(56 457,77)	167 809,11	(36 210,94)	34 334 881,50
Ativos intangíveis	43 114,20			36 210,94	79 325,14
Participações financeiras	295 434,00				295 434,00
	34 598 289,30	(56 457,77)	167 809,11		34 709 640,64
Ativo corrente					
Inventários	339 545,24				339 545,24
Cientes, contribuintes e utentes	28 249,37				28 249,37
Outras contas a receber	498 323,75				498 323,75
Diferimentos	22 195,35				22 195,35
Caixa e depósitos	3 774 989,53				3 774 989,53
	4 663 303,24				4 663 303,24
TOTAL DO ATIVO	39 261 592,54	(56 457,77)	167 809,11		39 372 943,88
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/Capital	29 411 780,32				29 411 780,32
Reservas	12 186,15				12 186,15
Resultados transi tados	(2 878 308,26)	(56 457,77)	167 809,11		(2 766 956,92)
Outras varia ções no Património Líquido	7 694 987,32				7 694 987,32
Resultado líquido do período	(814 633,23)				(814 633,23)
	33 426 012,30	(56 457,77)	167 809,11		33 537 363,64
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	1 244 210,21				1 244 210,21
Financiamentos obti dos	1 504 913,23				1 504 913,23
Outras contas a pagar	20 289,95				20 289,95
	2 769 413,39				2 769 413,39
Passivo corrente					
Fornecedores	55 893,37				55 893,37
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	5 715,00				5 715,00
Estado e outros entes públicos	67 792,80				67 792,80
Financiamentos obti dos	331 402,60				331 402,60
Fornecedores de investimentos	15 133,71				15 133,71
Outras contas a pagar	787 383,01				787 383,01
Diferimentos	1 802 846,36				1 802 846,36
	3 066 166,85				3 066 166,85
TOTAL DO PASSIVO	5 835 580,24				5 835 580,24
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO	39 261 592,54	(56 457,77)	167 809,11		39 372 943,88

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Para melhor visualização dos efeitos de ajustamento, apresenta-se o balanço comparativo:

RUBRICAS	NOTAS	DATAS			AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO
		31/12/2020	01/01/2020	31/12/2019	
		SNC-AP	SNC-AP	POCAL	
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5/9	34 465 395,27	34 334 881,50	34 259 741,10	75 140,40
Ativos intangíveis	3/9	36 137,49	79 325,14	43 114,20	36 210,94
Investimentos Participações financeiras	9/18.1	295 434,00	295 434,00	295 434,00	
Diferimentos	30.4	708 870,93			
		35 505 837,69	34 709 640,64	34 598 289,30	111 351,34
Ativo corrente					
Inventários	9/10	427 357,82	339 545,24	339 545,24	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9/18.1	7 319,43			
Cientes, contribuintes e utentes	9/18.1	76 264,09	28 249,37	28 249,37	
Outras contas a receber	9/18.1	544 861,24	498 323,75	498 323,75	
Diferimentos	30.4	70 253,04	22 195,35	22 195,35	
Caixa e depósitos	1.3	4 648 325,99	3 774 989,53	3 774 989,53	
		5 774 381,61	4 663 303,24	4 663 303,24	
Total do ativo		41 280 219,30	39 372 943,88	39 261 592,54	111 351,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Património/Capital	30.1	29 411 780,32	29 411 780,32	29 411 780,32	
Reservas	30.1	12 186,15	12 186,15	12 186,15	
Resultados transitados	30.1	(3 581 590,15)	(2 766 956,92)	(2 878 308,26)	111 351,34
Outras variações no património líquido	30.1	9 117 295,09	7 694 987,32	7 694 987,32	
Resultado líquido do período	30.1	(476 368,06)	(814 633,23)	(814 633,23)	
Total do Património Líquido		34 489 303,35	33 537 363,64	33 426 012,30	111 351,34
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	15	1 244 210,21	1 244 210,21	1 244 210,21	
Financiamentos obtidos	18.2	1 492 473,80	1 504 913,23	1 504 913,23	
Outras contas a pagar	18.2	23 314,95	20 289,95	20 289,95	
		2 759 998,96	2 769 413,39	2 769 413,39	
Passivo corrente					
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2	757 912,63			
Fornecedores	18.2	8 853,40	55 893,37	55 893,37	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	1 140,00	5 715,00	5 715,00	
Estado e outros entes públicos	18.2	135 218,83	67 792,80	67 792,80	
Financiamentos obtidos	18.2	332 580,43	331 402,60	331 402,60	
Fornecedores de investimentos	18.2	15 133,71	15 133,71	15 133,71	
Outras contas a pagar	18.2	832 088,99	787 383,01	787 383,01	
Diferimentos	30.5	1 969 122,71	1 802 846,36	1 802 846,36	
		4 036 916,99	3 066 166,85	3 066 166,85	
Total do Passivo		6 796 915,95	5 835 580,24	5 835 580,24	
Total do Património Líquido e Passivo		41 280 219,30	39 372 943,88	39 261 592,54	111 351,34

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO**

Designação: Município de Portel

Endereço: Praça D. Nuno Álvares Pereira, 7220-375 Portel

NIF: 506 196 445

**1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

Foram elaborados o balanço de abertura a 1 de janeiro de 2020, o balanço a 31 de dezembro de 2020 e a demonstração de resultados de 2020, os quais foram preparados de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP. A informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de mera conversão dos saldos de cada conta.

Como forma de apoiar o processo de transição, o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu o Órgão de Gestão do Município, recorrer a esta prerrogativa de forma a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operação inerentes à figura subjacente à Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo.

Encontram-se nesta situação os seguintes factos:

- Aplicação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão;
- Encerramento de algumas obras em curso;
- Registo de ativos em concessão, nomeadamente os entregues à EDP e Águas de Vale do Tejo;
- Definição de política contabilística quanto a ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso;
- Definição de política contabilística quanto a participações não societárias;
- Definição de política contabilística quanto à aplicação das transferências de capital, recebidas, nomeadamente FEF Capital;
- Transferência para a conta de outros depósitos do valor das cauções recebidas.

1.3 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA, DEPOSITOS BANCARIOS E OUTROS DEPOSITOS

O detalhe dos valores constantes em Caixa, Depósitos Bancários e outros depósitos é o seguinte:

Conta	Designação	31-12-2020	31-12-2019
11	Caixa	1 831,12	9 597,77
111	Caixa A	1 831,12	9 597,77
12	Depósitos à ordem	1 346 494,87	465 391,76
122	Depósitos Bancários à ordem	1 346 494,87	465 391,76
13	Outros depósitos	3 300 000,00	3 300 000,00
131	Depósitos a prazo	3 300 000,00	3 300 000,00
133	Depósitos de garantias e cauções	a)	a)
	TOTAL	4 648 325,99	3 774 989,53

a) Os valores das garantias e cauções, não foram transferidos para a conta 13 - Outros depósitos
Em termos de relato financeiro os valores ascendem respetivamente a:

191 482,74	268 925,66
------------	------------

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31-12-2020	31-12-2019
Execução orçamental	4 372 916,34	3 527 753,34
Operações de tesouraria	275 409,65	247 236,19
SALDO DA GERÊNCIA	4 648 325,99	3 774 989,53

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.2 Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

5.3 Informação Comparativa

Tratando-se do primeiro ano de aplicação do normativo SNC-AP, sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Todavia, decorrente da aplicação pela primeira vez, existem ajustamentos, que não configuram alterações de políticas contabilísticas. Encontram-se refletidos na conta 564 – Ajustamentos de transição.

5.2.1 *Consistência de Apresentação*

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

5.2.2 *Materialidade e Agregação*

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

5.2.3 *Compensação*

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

5.2.4 *Continuidade*

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

5.2.5 *Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas*

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

5.2.6 *Moeda de apresentação e notas não relevantes*

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos prédios rústicos e urbanos, que na transição para o SNC-AP, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, serão mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Propriedades de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, não foram identificados ativos que cumpram os requisitos de propriedades de investimento.

c) Ativos intangíveis

Analisando os bens que compunham esta conta de acordo com o normativo anterior (POCAL) e caso se verificasse que alguns destes bens não satisfaziam a definição de ativo intangível no SNC-AP, seriam, os mesmos desreconhecidos e transferidos para uma conta 56 – Resultados transitados, subconta 564 – Ajustamentos de transição.

A política contabilista adotada traduz-se no seguinte referencial.

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As amortizações são calculadas, na data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

f) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e outras participações podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município, seguirá o método do custo na valorização dos seus investimentos financeiros.

g) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas, prestações de serviços e outros rendimentos decorrentes da atividade normal do Município, na data da transação ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data da transação.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

h) Transferências e subsídios

As transferências de capital no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e outras transferências de capital a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à sua imputação para resultados, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

F.2.1 Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

F.2.2 Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis não amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

F.3.1 Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

2.1.1 Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

2.1.2 Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que de acordo com a NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos, nomeadamente o parágrafo 20, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda estão substancialmente concluídas.

2.1.3 Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

2.1.4 Caixa, depósitos bancários e outros depósitos e outros depósitos

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

j) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município, racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do Órgão de Gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.3 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, em especial, neste exercício, da doença COVID – 19.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AI	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação	Propriedade industrial e intelectual
Taxas de amortização	33,33%	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	linha reta	linha reta	linha reta

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Rubricas	Início do Período			Fim do Período		
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia Escriturada
Projetos de desenvolvimento	81 454,20	38 340,00	43 114,20	81 454,20	52 711,40	28 742,80
Programas de computador e sistemas de informação	258 246,27	222 035,33	36 210,94	258 246,27	250 851,58	7 394,69
TOTAL	339 700,47	260 375,33	79 325,14	339 700,47	303 562,98	36 137,49

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações	Quantia escriturada final
		Amortizações do período	
Projetos de desenvolvimento	43 114,20	-14 371,40	28 742,80
Programas de computador e sistemas de informação	36 210,94	-28 816,25	7 394,69
TOTAL	79 325,14	-43 187,65	36 137,49

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-
Exploração da concessão de distribuição de água em alta	Águas de Vale do Tejo, S.A.	-	30 Anos	-	-	-	-

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**a) Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP os prédios rústicos e urbanos ficaram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AFT	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação	5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS DEPRECIações E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Rubricas	Início do Período			Fim do Período		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	656 300,18	402 865,31	253 434,87	656 300,18	426 732,06	229 568,12
Edifícios e outras construções	1 073 917,83	109 078,88	964 838,95	1 073 917,83	153 389,27	920 528,56
Infraestruturas	37 073 816,26	23 794 126,07	13 279 690,19	37 073 816,26	25 117 310,94	11 956 505,32
Património histórico, artístico e cultural	25 680,85	596,25	25 084,60	25 680,85	795,00	24 885,85
Bens de domínio público em curso	1 883 862,01		1 883 862,01	4 173 939,79		4 173 939,79
	40 713 577,13	24 306 666,51	16 406 910,62	43 003 654,91	25 698 227,27	17 305 427,64
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	789 170,79		789 170,79	789 170,79		789 170,79
Edifícios e outras construções	21 129 673,64	5 380 453,21	15 749 220,43	21 129 673,64	5 859 248,02	15 270 425,62
Equipamento básico	1 938 919,16	1 478 113,46	460 805,70	1 938 919,16	1 564 916,54	374 002,62
Equipamento de transporte	1 903 644,64	1 290 133,05	613 511,59	1 903 644,64	1 394 381,16	509 263,48
Equipamento administrativo	797 972,36	738 610,65	59 361,71	797 972,36	760 819,45	37 152,91
Equipamentos biológicos	2 999,60	2 999,60		2 999,60	2 999,60	
Outros	1 352 498,24	1 096 597,58	255 900,66	1 352 498,24	1 172 546,03	179 952,21
	27 914 878,43	9 986 907,55	17 927 970,88	27 914 878,43	10 754 910,80	17 159 967,63
TOTAL	68 628 455,56	34 293 574,06	34 334 881,50	70 918 533,34	36 453 138,07	34 465 395,27

5.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais	253 434,87			253 434,87
Edifícios e outras construções	964 838,95		-68 177,14	896 661,81
Infraestruturas	13 279 690,19		-1 323 184,87	11 956 505,32
Património histórico, artístico e cultural	25 084,60		-198,75	24 885,85
Bens de domínio público em curso	1 883 862,01	2 290 077,78		4 173 939,79
	16 406 910,62	2 290 077,78	-1 391 560,76	17 305 427,64
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	789 170,79			789 170,79
Edifícios e outras construções	15 749 220,43		-478 794,81	15 270 425,62
Equipamento básico	460 805,70		-86 803,08	374 002,62
Equipamento de transporte	613 511,59		-104 248,11	509 263,48
Equipamento administrativo	59 361,71		-22 208,80	37 152,91
Outros	255 900,66		-75 948,45	179 952,21
	17 927 970,88		-768 003,25	17 159 967,63
TOTAL	34 334 881,50	2 290 077,78	-2 159 564,01	34 465 395,27

5.2A ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ADIÇÕES

Rubricas	Adições		
	Internas	Compra	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural			
Bens de domínio público em curso	125 278,01	2 164 799,77	2 290 077,78
	125 278,01	2 164 799,77	2 290 077,78
TOTAL	125 278,01	2 164 799,77	2 290 077,78

5.6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Em 31/12/2020 estão 6.169 bens totalmente depreciados em uso.

Conta	Designação	Valor	Nº ativos
430	Infraestruturas	7 220 508,71	20
432	Edifícios e outras construções	169 909,30	8
433	Equipamento básico	1 245 857,89	2622
434	Equipamento de transporte	998 457,60	59
435	Equipamento administrativo	705 380,76	1901
436	Equipamentos biológicos	2 999,60	3
437	Outros ativos fixos tangíveis	923 581,13	1556
	TOTAL	11 266 694,99	6169

Para estes bens irão ser desenvolvidos procedimentos subsequentes no período de transição adotado no âmbito da IPSAS 33, para identificação fiável do período de vida útil adicional a atribuir aos ativos identificáveis.

NOTA 6. LOCAÇÕES

6.1 - LOCAÇÕES FINANCEIRAS - LOCATÁRIO

As locações financeiras assumem a seguinte expressão:

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos
		Período		Acumulado		Período		Acumulado		
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	
Autocarro Scania 23-QQ-62 55 lugares	225 213,00	37 543,83	1 075,01	182 515,78	11 235,31	37 543,83	1 075,01	42 697,22	11 235,31	42 697,22
Autocarro Iveco 18 RB-18 32 lugares	135 338,59	21 925,49	1 040,99	91 564,87	8 394,36	21 925,49	1 040,99	43 773,72	8 394,36	43 773,72
Autocarro Scania 68-VZ-84 55 lugares	253 380,00	42 280,99	1 568,29	76 006,30	2 436,62	42 280,99	1 568,29	177 373,70	2 436,62	177 373,70
Totais		101 750,31	3 684,29	350 086,95	22 066,29	101 750,31	3 684,29	263 844,64	22 066,29	263 844,64

6.2 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS

As locações operacionais em curso assumem-se conforme quadro abaixo.

Bens locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagament ^o mínimos	Rendas contingentes	Pagament ^o mínimos	Rendas contingentes					
MF Taskalfa 2552 Cl (fotocopiadores)	6 110,64	1 357,92	0,00	6 110,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6 110,64	1 357,92	0,00	6 110,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O mapa dos empréstimos encontra-se em anexo aos outros mapas. Tal como referido não foram capitalizados os gastos de financiamento, dado que não cumprem o disposto na NCP 7.

No quadro da nota 18.2 - Financiamentos obtidos são apresentados os custos assumidos em cada contrato, onde foi devidamente aplicada a periodização dos valores pagos, tendo em conta a base de acréscimo.

NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1 IMPARIDADE DE ATIVOS GERADORES DE CAIXA E ATIVOS NÃO
GERADORES DE CAIXA

Ativo	Natureza	31/12/2020			01/01/2020		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	Gerador de caixa	7 319,43		7 319,43			
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	341 558,74	265 294,65	76 264,09	270 043,70	241 794,33	28 249,37
Outras contas a receber	Gerador de caixa	156 522,37	9 108,93	147 413,44	507 432,68	9 108,93	498 323,75
Mercadorias	Não geradores de caixa	2 071,72		2 071,72			2 369,77
Materias-primas, subsidiárias e de consumo	Não geradores de caixa	425 286,10		425 286,10			337 175,47
Investimentos financeiros	Não geradores de caixa	295 434,00		295 434,00			295 434,00
Ativos fixos tangíveis	Não geradores de caixa	34 465 395,27		34 465 395,27			34 334 881,50
Ativos intangíveis	Não geradores de caixa	36 137,49		36 137,49			79 325,14
TOTAL		35 729 725,12	274 403,58	35 455 321,54	35 826 662,26	250 903,26	35 575 759,00

9.2 IMPARIDADE DE ATIVOS GERADORES DE CAIXA E ATIVOS NÃO
GERADORES DE CAIXA – ANO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Quantia escriturada final
		Reforços	Total aumentos	
Clientes, contribuintes e utentes	241 794,33	23 500,32	23 500,32	265 294,65
Outras Contas a Pagar	9 108,93			9 108,93
TOTAL	250 903,26	23 500,32	23 500,32	274 403,58

NOTA 10. INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1 INVENTARIOS

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2020 e 31/12/2019, é a seguinte:

Rubricas	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantia bruta	Quantia recuperável	Quantia bruta	Quantia recuperável
Mercadorias	2 071,72	2 071,72	2 369,77	2 369,77
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	425 286,10	425 286,10	337 175,47	337 175,47
TOTAL	427 357,82	427 357,82	339 545,24	339 545,24

10.2 INVENTARIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	
Mercadorias	2 369,77	327 510,17	-327 808,22	2 071,72
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	337 175,47	307 678,80	-219 568,17	425 286,10
TOTAL	339 545,24	635 188,97	-547 376,39	427 357,82

O custo das mercadorias vendidas e das matérias primas consumidas assumem o seguinte apurações e composição:

	2020			2019		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	2 369,77	337 175,47	339 545,24	2 652,52	368 587,58	371 240,10
Compras	327 510,17	307 678,80	635 188,97	341 135,52	318 351,94	659 487,46
Existências finais	2 071,72	425 286,10	427 357,82	2 369,77	337 175,47	339 545,24
Custo das merc.vend.mat.consumidas	327 808,22	219 568,17	547 376,39	341 418,27	349 764,05	691 182,32

Custo das merc.vend.mat.consumidas	2020	2019
Mercadorias		
- Água	327 766,21	341 135,52
- Livros papelaria e artigos inst. p/venda	42,01	282,75
Matérias subsidiários		
- Peças e outros mat.manutenção	45 006,37	51 228,31
- Outros materiais diversos de consumo	174 561,80	298 535,74
Totais	547 376,39	691 182,32

NOTA 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO**a) Políticas contabilísticas e métodos adotados**

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2020
	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	656 889,69
Venda de bens	384 497,06
Dividendos ou distribuições similares	7 960,83
Outros rendimentos	81 073,08
TOTAL	1 130 420,66

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO**a) Políticas contabilísticas e métodos adotados**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2020			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	535 506,29			
Impostos indiretos	147 220,81			
Taxas	62 168,05		8 198,96	28 663,89
Multas e outras penalidades	1 183,50		23,24	1,42
Transferências sem condição	6 957 665,53	1 256 008,00		
TOTAL	7 703 744,18	1 256 008,00	8 222,20	28 665,31

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES**15.1 PROVISÕES**

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, não se identificaram processos que requeressem o relato de provisão para outros riscos e encargos, para além dos já anteriormente reconhecidos.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Provisões		
Processos judiciais em curso	1 244 210,21	1 244 210,21
TOTAL	1 244 210,21	1 244 210,21

15.2 PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Não se identificam passivos contingentes, objeto de divulgação.

15.3 ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes identificados, resultam dos impostos (IMI e IUC) em atraso, divulgados pela Autoridade Tributária e Aduaneira, conforme de seguida se apresenta. Podemos verificar que nos últimos 3 exercícios o valor se mantém de forma próxima e que algumas verbas são iguais nos anos de 2018 a 2020.

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2018	CA	Valores Agregados **	122,35
2018	IMI	Valores Agregados **	53 871,46
2018	IMT	Valores Agregados **	542,40
2018	IUC	Valores Agregados **	37 178,88
TOTAL			91 715,09

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2019	CA	Valores Agregados **	122,35
2019	IMI	Valores Agregados **	50 471,17
2019	IMT	Valores Agregados **	542,40
2019	IUC	Valores Agregados **	40 625,10
			91 761,02

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2020	CA	Valores Agregados **	122,35
2020	IMI	Valores Agregados **	48 796,22
2020	IMT	Valores Agregados **	542,40
2020	IUC	Valores Agregados **	44 456,08
			93 917,05

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros		31/12/2020			01/01/2020			
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p'transf. sub. e p. bonif.						
		- Dev. por transf. e sub. não reemb.	7 319,43		7 319,43			
		- Outros dev. cred. p'transf. sub. não reemb.	52 675,17		52 675,17	52 675,17		52 675,17
		Cientes, contribuintes e utentes						
		- Cientes c/c	32 171,07		32 171,07	10 041,53		10 041,53
		- Contribuintes						
		- Utentes	28 665,31		28 665,31	8 222,20		8 222,20
		- Cobrança duvidosa	280 722,36	265 294,65	15 427,71	251 779,97	241 794,33	9 985,64
		Outros ativos						
		- Estado e outent. públicos						
		- Dev. por acréscimos	453 090,72		453 090,72	439 918,70		439 918,70
		- Devedores diversos	39 095,35		39 095,35	5 729,88		5 729,88
		- Outras contas a receber	9 108,93	9 108,93		9 108,93	9 108,93	
		Participações financeiras	295 434,00		295 434,00	295 434,00		295 434,00
	Subtotais	1 198 282,34	274 403,58	923 878,76	1 072 910,38	250 903,26	822 007,12	
	Totais	1 198 282,34	274 403,58	923 878,76	1 072 910,38	250 903,26	822 007,12	

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam valores dos pedidos de pagamento efetuados até 31/12/2020 e 31/12/2019 e ainda não recebidos e estão discriminados no quadro seguinte.

Valores a receber de projetos	31/12/2020	01/01/2020
Outros devedores e credores por transferências e subsídios		
PDR2020-ATD Click Portel	7 651,34	7 651,34
Reab Esp Públ CP Monte Trigo - R Évora e R Cemitério	8 932,80	8 932,80
Cremilde - Planos Integr Inovad Combate ao Insucesso Escolar	36 091,03	
Totals	52 675,17	16 584,14

A execução dos projetos titulados pelo Município e em execução, durante o quadro comunitário (Portugal 2020), apresenta a execução que abaixo se descreve.

Designação da Operação	Estado Candidatura	Data Estado	Custo Total Aprovado	Egível Aprovado	Apoio Total Aprovado	Taxa de Apoio	Apoio Pago				
							até 31/12/2017	2018	2019	2020	Acumulado
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (remetemos a seguinte informação)	Em Execução	06/06/2018	199 953,79	199 953,79	169 960,72	85,00%		8 918,78	10 325,36	35 568,73	54 812,87
Rede de Mobilidade Suave em Portel	Em Execução	28/01/2020	340 908,00	340 908,00	289 772,00	85,00%				65 622,94	65 622,94
Reabilitação do espaço público adjacente ao Centro Paroquial de Montedo Trigo - Rua de Évora e do Cemitério	Em Execução	30/06/2017	230 518,00	220 517,65	187 440,00	85,00%	168 337,44		9 730,56		178 068,00
Requalificação da Escola EB 2,3 D. João de Portel	Em Execução	12/04/2017	1 605 126,90	1 605 126,90	1 364 357,86	85,00%		64 605,20	818 970,89	180 306,21	1 063 882,30
Recuperação e Valorização do Castelo de Portel	Em Execução	28/04/2020	1 013 856,70	1 013 856,70	760 392,52	75,00%					0,00
Reabilitação Urbana dos Acessos ao castelo e espaço público envolvente	Em Execução	15/03/2018	637 380,16	637 380,16	541 773,14	85,00%		44 433,75	85 642,21	332 240,48	462 316,44
'Centro de interpretação do Castelo - Reabilitação Urbana dos Acessos ao Castelo e espaço público envolvente'	Em Execução	06/05/2020	213 469,00	127 047,36	107 990,26	85,00%				102 590,75	102 590,75
Reabilitação do edifício municipal denominado Museu da Aldeia e do espaço público envolvente à Igreja da Vera Cruz	Em Execução	29/12/2020	157 937,23	137 937,23	117 246,65	85,00%					0,00
PEPAL	Em Execução	21/09/2016	76 367,04	76 367,04	70 257,68	92,00%	37 210,36	33 046,72			70 257,68
Ampliação do Centro Comunitário de Santana	Em Execução	31/01/2020	589 271,42	589 271,42	500 880,71	85,00%				248 738,14	248 738,14
TOTAL			5 064 788,24	4 948 366,25	4 110 071,54		205 548,40	151 004,45	924 669,02	965 067,25	2 246 289,12

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2020	01/01/2020
Impostos e taxas imputados ao exercício	453 090,72	417 887,22
Outros acréscimos de rendimentos	35 665,39	22 031,48
Outros devedores	3 429,96	5 729,88
Totais	492 186,07	445 648,58

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARTICIPADAS		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA		
CAPITAL SOCIAL		% PARTICIPAÇÃO	METODO RECONHECIMENTO	VALOR SUBSCRITO
FUNDO APOIO MUNICIPAL	417 857 175,00	0,07%	CUSTO	295 434,00
				295 434,00

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros		31/12/2020		01/01/2020		
		Quantias brutas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Quantias escrituradas	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo	Credores p.transf.sub.emp.bonif				
		- Cred. por transf. e sub. não recomb.	757 912,63	757 912,63		
		Fornecedores	8 853,40	8 853,40	55 893,37	55 893,37
		Outros passivos				
		- Pessoal	561,96	561,96		
		- Estado e out.ent.públicos	135 218,83	135 218,83	67 792,80	67 792,80
		- Fornecedores de investimentos			15 133,71	15 133,71
		- Cred. por acréscimos	577 123,08	577 123,08	599 378,34	599 378,34
		- Credores por subscrições não liberadas (FAM)			16 413,00	16 413,00
		- Adiantamento por conta de venda	1 140,00	1 140,00	5 715,00	5 715,00
		- Cauções	268 925,66	268 925,66	191 482,74	191 482,74
		- Credores diversos	8 793,24	8 793,24	398,88	398,88
		Financiamentos obtidos	1 825 054,23	1 825 054,23	1 836 315,83	1 836 315,83
			Subtotais	3 583 583,03	3 583 583,03	2 788 523,67
	Totais	3 583 583,03	3 583 583,03	2 788 523,67	2 788 523,67	

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2020	01/01/2020
- Cauções	268 925,66	191 482,74
- Credores por acréscimos de gastos	577 123,08	599 378,34
- Remunerações a Liquidar	428 823,88	436 046,02
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	6 374,75	7 211,62
- Outros acréscimos de gastos	141 924,45	156 120,70
- Credores por subscrições não liberadas		16 413,00
- Adiantamentos por conta de vendas	1 140,00	5 715,00
- Outros credores	8 793,24	398,88
Totais	855 981,98	813 387,96

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

25 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS		31/12/2019	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	31/12/2020	VALOR A PAGAR	
						2021	ANOS SEGUINTE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS							
- Financiamento de projetos de investimento	CGD	298 460,48		99 047,43	199 413,05	99 517,84	99 895,21
- Financiamento de escola ensino básico de Portel	BPI	265 129,36		40 789,12	224 340,24	40 789,12	183 551,12
- Financiamento de biblioteca EM 538, Requalif Urb	BPI	452 083,23		58 333,32	393 749,91	58 333,32	335 416,59
- Financiamento de Capela e Casa Mortuária de Oriola	BCP	303 629,92		29 188,92	274 441,00	30 816,37	243 624,63
- Financiamento Req. Escola EB 2.3 D. João Portel	AD&C	158 953,75	317 907,50		476 861,25		476 861,25
		1 478 256,74	317 907,50	227 358,79	1 568 805,45	229 456,65	1 339 348,80
LOCAÇÕES FINANCEIRAS							
- Banco Comercial Português	BPI	58 163,35		21 925,48	36 237,87	22 360,66	13 877,20
- Caixa Leasing	CGD	82 118,32		39 481,08	42 637,24	80 763,12	139 247,80
- Caixa Leasing	CGD	217 777,42		40 403,72	177 373,70		
		358 059,09		101 810,28	256 248,81	103 123,78	153 125,00
Totais		1 836 315,83	317 907,50	329 169,07	1 825 054,26	332 580,43	1 492 473,80

Os horizontes temporais dos financiamentos obtidos, na banca comercial, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros:

ANOS	CGD	BPI	BPI	MIL.BCP	TOTAL
2021	99 517,84	40 789,12	58 333,32	30 816,37	229 456,65
2022	99 895,21	40 789,12	58 333,32	30 816,37	229 834,02
2023		40 789,12	58 333,32	30 816,37	129 938,81
2024		40 789,12	58 333,32	30 816,37	129 938,81
2025		40 789,12	58 333,32	30 816,37	129 938,81
2026		20 394,64	58 333,32	30 816,37	109 544,33
2027			43 749,99	30 816,37	74 566,36
2028				30 816,37	30 816,37
2029				27 910,04	27 910,04
Totais	199 413,05	224 340,24	393 749,91	274 441,00	1 091 944,20

NOTA 30. OUTRAS DIVULGAÇÕES

30.1 ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Rubricas	31/12/2019	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2020
51 - Património	29 411 780,32					29 411 780,32
55 - Reservas	12 186,15					12 186,15
- Reservas legais	12 186,15					12 186,15
56 - Resultados transitados	(2 878 308,26)	(814 633,23)			111 351,34	(3 581 590,15)
- Resultados transitados	(2 878 308,26)	(814 633,23)				(3 692 941,49)
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP					111 351,34	111 351,34
59 - Outras variações no património líquido	7 694 987,32		(594 360,93)		2 016 668,70	9 117 295,09
- Transferências e subsídios de capital	7 487 518,17		(594 360,93)		816 359,40	7 709 516,64
- Ativos depreciables	7 487 518,17		(594 360,93)		816 359,40	7 709 516,64
- Outras transferências, sub.capital					1 256 008,00	1 256 008,00
- FEF Capital					647 415,00	647 415,00
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013					608 593,00	608 593,00
- Doações obtidas	151 770,45					151 770,45
- Outras variações património líquido	55 698,70				(55 698,70)	
88 - Resultados líquido do exercício	(814 633,23)	814 633,23		(476 368,06)		(476 368,06)
TOTAL	33 426 012,90	-	(594 360,93)	(476 368,06)	2 128 020,04	34 483 303,95

As variações no património líquido no exercício de 2020, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2019, para resultados transitados;
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2020;
3. Ajustamentos de transição, conforme descrito na Nota 0;
4. Reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes no valor de 594.360,93 €;
5. Financiamentos que passaram a não registar condições e conseqüentemente a serem transferidos para resultados (816.359,40);
6. Transferências de Capital (FEF) no âmbito da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, que serão avaliadas no sentido da sua aplicação em base do período de transição, nos termos da IPSAS 33. Estas transferências, que anteriormente eram reconhecidas diretamente em rendimentos e conseqüentemente em resultados ascenderam a 1.256.008 €.

30.1.1 ALTERAÇÕES OCORRIDAS AO NÍVEL DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

CONTA	31/12/2020	AUMENTOS	REPOSIÇÃO	31/12/2019
59				
5931				
OUT VARIAÇÕES PATRIM LÍQUIDO				
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis				
Biblioteca Municipal de Portel	448 457,45		34 526,68	482 984,13
Beneficção escolas 1º ciclo ensino básico	81 103,18		11 586,18	92 689,36
Paulhão polivalente Monte do Trigo	304 716,65		6 483,33	311 199,98
Beneficção estradas municipais	51 059,79		12 764,96	63 824,75
Loteamento Habitacional do Rossio - Portel	75 482,19		2 220,06	77 702,25
Loteamento Vereador Francisco Fialho - Monte do Trigo	109 577,52		13 919,30	123 496,82
Loteamento Industrial de Portel	307 723,07		8 097,97	315 821,04
Requalif pavimentos rede abastec. água - 1º e 2º fase	259 338,96		28 815,43	288 154,39
Remodelação e ampliação da escola ens. básico de Portel	658 306,31		13 434,82	671 741,13
Auditório Municipal de Portel	946 721,91		20 580,91	967 302,82
Parque Urbano da Horta da Matiz	169 021,35		18 780,15	187 801,50
Requalificação Urbana em Alqueva - 1º e 2º fase	125 412,09		13 934,67	139 346,76
Reordenamento de Monte do Trigo - 1º e 2º fase	161 532,52		17 948,06	179 480,58
Reordenamento em Amieira - 1º e 2º fase	151 985,39		16 887,26	168 872,65
Centro Comunitário de Vera Cruz	150 878,05		3 210,17	154 088,22
Beneficção EM 538 - Portel/Amieira	327 178,64		40 897,33	368 075,97
Beneficção EM entre Amieira e Mama	21 735,63		3 105,10	24 840,73
Centro Social de Monte do Trigo	776 067,26		59 813,00	835 880,26
Centro Marketing Social e Valor. do Montado	123 804,69		9 473,42	133 278,11
Beneficção EM 522 - SB Outeiro/Lim. Conc.	34 283,71		30 229,52	64 513,23
Extensão de Saúde de Oriola	78 953,28		6 065,00	85 018,28
Extensão de Saúde São Bartolomeu do Outeiro	78 953,27		6 065,00	85 018,27
Benef Mercado Municipal - Outlet Prod. Tradicionais	349 763,99		24 880,86	374 644,85
Beneficção do Caminho Municipal nº 1120	41 626,51		13 875,52	55 502,03
Centro Interpretação da Natureza e do Montado	267 291,05		17 819,40	285 110,45
Ampliação Centro Comunitário de Vera Cruz	232 300,61		15 486,71	247 787,32
Beneficção dos Acessos a Oriola	133 941,69		10 306,30	144 247,99
Beneficções nas Piscinas Municipais	19 099,50		6 366,50	25 466,00
Req.Linha Água em Amieira - Parque Horta da Nora	120 190,62		9 464,28	129 654,90
SMGA - Sist. Municipal Inf Geográfica Ambiental			3 590,76	3 590,76
Req. Parque Desportivo S. Bartolomeu do Outeiro	112 770,07		11 277,01	124 047,08
Requalificação Parque Desportivo de Oriola	116 938,96		11 693,90	128 632,86
Parque de Manutenção do Rossio	128 583,03		12 858,30	141 441,33
Modernização lentejo Central			6 261,37	6 261,37
PDR2020-AID Click Portel	12 752,23	25 504,47	12 752,24	
Reab EspPúbl CPMonte Trigo - R Évora e R Cemitério	159 353,72	168 703,76	9 350,04	
Espaço Aberto Multusos - Parque da Amoreira	29 986,16	32 984,78	2 998,62	
Interreg - RAIUPA - Zona de Recreio de Amieira	117 072,32	128 779,55	11 707,23	
Interreg - PEGLA - Zona Recreio Alqueva	96 980,57	106 678,62	9 698,05	
Praia Fluvial de Amieira	328 572,70	353 708,22	25 135,52	
TOTAL	7 709 516,64	816 359,40	594 360,93	7 487 518,17

(Handwritten signatures and initials)

30.2 RENDIMENTOS E GANHOS

A comparabilidade nos períodos de 2020 e 2019, pode não se apresentar de forma integral. Todavia assegura-se transparência na sua divulgação e permitem uma compreensão mais adequada da atividade exercida.

Em termos globais os rendimentos e ganhos tiveram uma diminuição de 820 mil euros. Merece uma referência especial o valor da componente de impostos, contribuições e taxas que apresentam uma diminuição na ordem dos 205 mil euros.

As prestações de serviços e concessões, apresentam uma variação positiva, embora, em parte, tal resulte da reclassificação de rendas de concessão que em 2019, em POCAL, eram registadas em outros rendimentos.

Ao nível das transferências e subsídios correntes obtidos, igualmente, devido à mudança de normativo o valor das transferências de capital (FEF e outros), passaram a estar integradas no património líquido, enquanto que no ano de 2019, as transferências de capital, incorporavam a componente dos resultados de forma direta. Nesta sequência a conta de Transferências e subsídios apenas passou a integrar as transferências e subsídios correntes, resultando uma diminuição de 569 mil euros.

Durante os anos de 2020 e 2019, a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

RENDIMENTOS E GANHOS	2020	2019	VARIAÇÃO
Impostos, contribuições e taxas	746 078,65	951 060,70	(204 982,05)
Vendas	384 497,06	287 839,06	96 658,00
Prestações de serviços e concessões	656 889,69	264 692,31	392 197,38
Trabalhos para a própria entidade	125 278,01	339 601,92	(214 323,91)
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 957 665,53	7 526 294,13	(568 628,60)
Outros rendimentos	676 333,78	996 116,19	(319 782,41)
Juros, dividendos e out.rendimentos similares	7 960,83	9 558,53	(1 597,70)
Totals	9 554 703,55	10 375 162,84	(820 459,29)

30.3 GASTOS E PERDAS

De igual forma também ao nível dos gastos e perdas, a comparabilidade nos períodos de 2020 e 2019, pode não se apresentar de forma integral. Todavia assegura-se transparência na sua divulgação e permitem uma compreensão adequada da atividade exercida.

Durante os anos de 2020 e 2019, a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2020	2019	VARIAÇÃO
Transferências e subsídios concedidos	966 258,32	851 056,63	115 201,69
Custo das merc.vend.mat.consumidas	547 376,39	691 182,32	(143 805,93)
Fornecimentos e serviços externos	1 748 878,80	2 676 615,95	(927 737,15)
Gastos com o pessoal	4 309 852,39	4 192 256,24	117 596,15
Gastos de depreciação e de amortização	2 202 751,66	2 458 161,97	(255 410,31)
Perdas por imparidade	23 500,32	12 736,67	10 763,65
Outros gastos	203 932,39	276 739,61	(72 807,22)
Gastos por juros e outros encargos	28 521,34	31 046,68	(2 525,34)
Totals	10 031 071,61	11 189 796,07	(1 158 724,46)

Destaca-se o aumento das transferências e subsídios concedidos, em cerca de 115 mil euros, a que acrescem a diminuição dos fornecimentos e serviços externos em 928 mil euros. Estes efeitos encontram justificação pelo período de pandemia com que o ano de 2020 se viu confrontado.

30.3.1 Transferências e Subsídios concedidos

CONTA	2020	2019
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		
Transferências correntes concedidas	767 791,33	832 156,63
- Freguesias	278 190,00	278 190,00
- Associações de Municípios	69 135,72	
- Instituições sem fins lucrativos	376 032,95	393 572,73
- Famílias	44 432,66	160 393,90
Subsídios correntes concedidos	94 045,33	
- Famílias	94 045,33	
Transferências capital concedidas	104 421,66	18 900,00
TOTAL	966 258,32	851 056,63

30.3.2 Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2020 e 2019, apresenta o seguinte desenvolvimento:

CONTA		2020	2019
621	Subcontratos e parcerias	325 041,35	441 542,70
	Transportes de Pessoal (Escolares)	25 004,35	161 052,65
	Cantinas escolares - refeições confeccionadas	16 936,67	
	Tratamento de resíduos sólidos	283 100,33	280 490,05
622	Serviços especializados	323 135,34	413 000,24
	Trabalhos Especializados	33 919,21	64 862,16
	Publicidade, comunicação e imagem	23 746,79	66 361,31
	Vigilância e Segurança	4 622,97	11 799,08
	Honorários	133 218,06	164 046,20
	Comissões de cobrança de impostos e taxas	1 122,46	17 900,18
	Conservação e Reparação	91 607,90	88 031,31
	Outros serviços especializados	34 897,95	
623	Materiais de consumo	79 683,80	105 717,94
	Peças, ferramentas e utensílios desgaste rápido	597,12	157,71
	Livros e documentação técnica	166,98	58 204,27
	Material de Escritório		181,77
	Artigos para oferta publicidade e divulgação	75 315,10	47 174,19
	Material de educação, cultura e recreio	899,50	
	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e art. pessoais	1 312,83	
	Medicamentos e artigos para a saúde	1 392,27	
624	Energia e fluidos	482 108,17	654 248,77
	Electricidade	342 923,59	436 664,20
	Combustíveis	139 184,58	217 584,57
625	Deslocações estadas e transportes	88 426,83	
	Transporte escolar	88 426,83	
626	Serviços diversos	450 483,31	1 062 106,30
	Rendas e Alugueres	54 098,33	377 939,67
	Comunicação	27 763,34	27 257,18
	Seguros	50 951,77	52 504,97
	Contencioso		1 621,13
	Outros FSE	317 669,87	602 783,35
TOTAL		1 748 878,80	2 676 615,95

30.3.3 Indicadores de recursos humanos e gastos com o pessoal

Indicadores de referência:

Recursos humanos	2020
Número de trabalhadores no início do período	245
Número de trabalhadores no final do período	247
Número médio de trabalhadores ao longo do período	246
Número médio de trabalhadores admitidos e regressados	12
Número médio de trabalhadores que saíram durante o período	10

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução, a qual não se traduz numa variação significativa.

CONTA	2020	2019
GASTOS COM O PESSOAL		
Remunerações Órgãos Autárquicos	190 995,73	138 056,66
Remunerações do pessoal	3 201 064,76	3 210 316,17
- Remunerações base	2 767 842,85	2 757 040,52
- Subsídio de férias	53 623,91	
- Subsídio de Natal	4 611,61	
- Trabalho extraordinário	52 781,38	93 807,65
- Trabalho em regime de turnos	2 042,02	2 179,06
- Abono para faltas	3 416,99	3 630,13
- Subsídio de refeição	261 325,62	269 436,55
- Ajudas de custo	17 185,61	18 955,84
- Outros suplementos	38 234,77	45 141,31
- Subsídio familiar a crianças e jovens		16 748,69
- Outras Prestações Familiares		3 376,42
Pensões		2 843,46
Encargos / Remunerações	809 330,82	678 454,25
Seguros Acidentes Trabalho	31 724,04	25 554,16
Outros gastos com o Pessoal	49 504,39	137 031,54
Outros encargos sociais	27 232,65	
TOTAL	4 309 852,39	4 192 256,24

30.4 DIFERIMENTOS ATIVOS

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2020 e 31/12/2019, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2020	01/01/2020
Gastos a reconhecer		
- Transf.sub.concedidos com condições	757 912,63	
- Seguros	19 751,23	20 715,01
- Outros	1 460,11	1 480,34
Totais	779 123,97	22 195,35

30.5 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2020 e 31/12/2019, são os seguintes e que assumem as transferências e subsídios concedidos com condições, encontrando-se as mesmas associadas aos seguintes projetos:

CONTA		31/12/2020	31/12/2019
28	DIFERIMENTOS		
2822	Transf.sub.capital obtidos com condições		
	Praia Fluvial da Amieira		326 543,13
	FEDER - Modernização AC 2020	19 330,14	
	FEDER - Teab.Esp.Público CP Monte Trigo		168 703,76
	FEDER - Requalificação Escola EB 2,3 D. João de Portel	1 063 882,30	883 576,09
	FEDER - Espaço Aberto Multusos - Parque Amoreira		32 984,78
	FEDER - PARU - Reab. Urb. Acessos Castelo Envoh.	462 316,44	130 075,96
	FEDER - Ampliação do Centro Comunitário de Santana	248 738,14	
	FEDER - Centro de Interpretação do Castelo - Reab Urb Acess Cast Envoh	102 590,75	
	FEDER - Rede de Mobilidade Suave em Portel	65 622,94	
	FEDER - PDR2020 - ATD Centro Interpret. do Castelo de Portel	6 642,00	25 504,47
	INTERREG - RAIUPA Zona de recreio da Amoreira		128 779,55
	INTERREG - PEGLA - Zona Recreio Alqueva		106 678,62
TOTAL		1 969 122,71	1 802 846,36

30.6 OUTRAS

Não existem dívidas em mora às autoridades fiscais e parafiscais.